

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 124/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Com base no art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA/ENTIDADE:

ONPAG SOLUÇÕES S.A.

CNPJ: 44.729.052/0001-79

OBJETO:

Aquisição de vales-transportes.



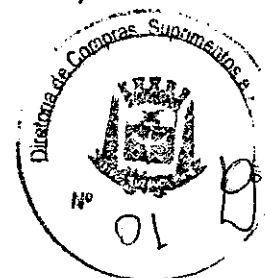
Câmara de
SUZANO

Assunto: Parecer Jurídico Inexigibilidade - RADIAL TRANSPORTES / ONPAG

De: Alexandre Jaquel <jaquel@camarasuzano.sp.gov.br>

Data: 26/05/2022 14:06

Para: "'pedro.souza@camarasuzano.sp.gov.br"'
<pedro.souza@camarasuzano.sp.gov.br>



Prezado Senhor Procurador Geral, boa tarde.

Apraz-me cumprimentá-lo e, na oportunidade, tendo em vista a documentação anexa, solicito parecer sobre a possibilidade da extensão da inexigibilidade de licitação adotada para a contratação com a empresa RADIAL TRANSPORTES COLETIVOS, detentora de exclusividade no transporte coletivo municipal de passageiros nos municípios de Suzano e Poá, à empresa ONPAG SOLUÇÕES S/A.

Tal pedido é decorrente do fato de que houve ajuste contratual entre ambas as empresas para que a ONPAG desenvolva e opere o sistema de bilhetagem eletrônica por meio de cartão, portanto recebendo esta os pedidos e pagamentos correspondentes, conforme consta no contrato também enviado anexo.

Diante do exposto, solicito com a máxima urgência o parecer acima descrito a fim de que não haja comprometimento do fornecimento de vale-transporte aos servidores que dele se beneficiam.

Atenciosamente,



Alexandre Jaquel

Diretor de Compras, Suprimento e Patrimônio

RUA DOS TRÊS PODERES, 65 - JD PAULISTA - SUZANO - SP
11 4744 8001

WWW.CAMARASUZANO.SP.GOV.BR

—Anexos:—

PROCESSO ONPAG.pdf

1,1MB



Assunto: Re: ENC: Solicitação de informação

De: atila.melo@onpagtech.com.br

Data: 25/05/2022 12:47

Para: henrique.campos@onpagtech.com.br, jaquel@camarasuzano.sp.gov.br, atendimentoempresa@onpagtech.com.br

Boa tarde Alexandre!

Estou te enviando o contrato de comissão, onde a empresa Radial passa todos os direitos de uso do sistema e pagamentos para a empresa ONPAG, no mesmo já consta o CNPJ!

Qualquer duvida, estou a disposição!

Att.



ATILA DE MELO

Administrador

☎ (11) 94336-3996

🌐 www.onpagtech.com.br

✉ atila.melo@onpagtech.com.br

📍 @OnCardBot

Em 24/05/2022 15:04, henrique.campos@onpagtech.com.br escreveu:

Boa tarde.

Poderia nos ajudar com a solicitação da câmara de Suzano?

De: atendimentoempresa@onpagtech.com.br <atendimentoempresa@onpagtech.com.br>

Enviada em: terça-feira, 24 de maio de 2022 14:57

Para: 'Henrique Dias Campos' <HENRIQUE.CAMPOS@onpagtech.com.br>

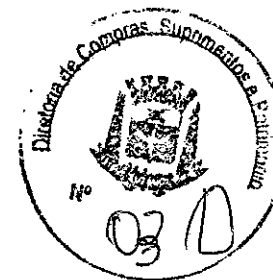
Assunto: ENC: Solicitação de informação

Prioridade: Alta

Boa Tarde, Henrique;

Pode me ajudar com a declaração solicitada pelo o Alexandre da Câmara de Suzano por favor.

Atenciosamente;




Onpag

  
@onpagoficial

LUIZ HENRIQUE

Analista de Sistemas

 (11) 93450-3072

 www.onpagtech.com.br

 atendimentoempresa@onpagtech.com.br

 @OnCardBot

De: Alexandre Jaquel <jaquel@camarasuzano.sp.gov.br>

Enviada em: terça-feira, 24 de maio de 2022 14:54

Para: atendimentoempresa@onpagtech.com.br

Assunto: Solicitação de informação

Prezado Sr. Luiz, boa tarde.


Conforme contato telefônico, solicito os bons préstimos no sentido de enviarem declaração de que todos os pagamentos referentes a vale-transporte (cartões e créditos) com empresa Radial são realizados exclusivamente para a ONPAG, informando ainda nessa declaração o CNPJ da ONPAG que deverá ser cadastrado em nossos sistemas de pagamento.

Muitíssimo grato.



Alexandre Jaquel

Diretor de Compras, Suprimento e Patrimônio

 RUA DOS TRÊS PODERES, 65 - JD PAULISTA - SUZANO - SP

 11 4744 8001

 WWW.CAMARASUZANO.SP.GOV.BR

Anexos:

Contrato Radial X OnPag.pdf

1,4MB



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



Suzano, 21 de dezembro de 2021.

Parecer Jurídico n. 049/2021

Assunto:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Fundamento jurídico: art. 25, I da Lei nº 8.666/1993. Possibilidade.

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Diretoria de Compras, Suprimentos e Patrimônio sobre os aspectos legais da possibilidade de Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa **RADIAL TRANSPORTES COLETIVOS LTDA** para prestação de serviço de vale transporte para a Câmara Municipal de Suzano, nos termos do artigo 25, inciso I da Lei de Licitações, nos seguintes termos:

Prezado Senhor,

Apraz-me cumprimentá-lo e, na oportunidade, solicito parecer a cerca da possibilidade de aquisição de vale-transporte para fruição no sistema de transporte coletivo urbano municipal a cargo da empresa **RADIAL TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**

Esclareço que a mencionada empresa é a **única operadora de transporte coletivo de passageiros intra municipal**. Tal exclusividade é decorrente da concorrência pública nº 09/2012.

A vencedora do referido torneio foi a empresa **RADIAL TRANSPORTES COLETIVOS LTDA** que ao celebrar com a municipalidade o contrato nº 32/2013 se tornou, desde então, a operadora exclusiva do transporte municipal.

Diante do exposto - e da documentação anexa - peço a v. senhoria que exare parecer sobre a possibilidade de aquisição dos mencionados vale-transporte da empresa com fulcro no instituto da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, conforme previsto no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

Nada mais havendo, renovo meus protestos de estima e consideração.

É o relato do essencial. Passamos a opinar.

II – ANÁLISE JURÍDICA

A Constituição Federal obriga o ente público ou sujeito da Administração Pública a realizar procedimento licitatório nas suas compras e aquisições, tendo a Lei Federal n. 8.666/1993 surgido para regular especificamente o assunto.

Câmara Municipal de Suzano

Rua dos Três Poderes, 65 – Jardim Paulista – Suzano/SP – CEP.: 08675-225
Fone: (11) 4744-8000

PÁGINA INTEGRANTE DO PARECER JURÍDICO N. 049/2021

Página 1 de 4



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camaraesuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



Os artigos 24 e 25 da Lei de Licitações trazem as exceções à regra que é sempre licitar. Tal preceito, a obrigatoriedade da licitação, objetiva a identificação e obtenção de melhores condições para a Administração. Contudo, em face do monopólio, da inexistência de concorrentes ou **da concessão exclusiva**, a competição é claramente impossível. Portanto, desnecessária é a sua realização.

No caso em análise, o serviço de transporte coletivo de caráter municipal, além de ser uma das funções públicas de interesse comum, é de responsabilidade do Município.

Em junho de 2012, o Prefeito do Município de Suzano, no uso das atribuições legais, editou o Decreto n. 8.240/2012, que em seu Anexo único previa a vigência da Concessão por um prazo de 10 anos.

Assim, a possibilidade de competição inexistente no presente caso. Com esse arcabouço, entende-se ser possível a contratação direta com a empresa **RADIAL TRANSPORTE COLETIVOS LTDA** mediante inexigibilidade de licitação, nos moldes do artigo 25, inciso I da Lei de Licitação.

Pela oportunidade, frise-se que a vantajosidade deve ser verificada pelo setor competente, fugindo das atribuições deste Departamento Jurídico tal análise.

A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração (*JUSTEN FILHO, Marçal. COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 17ª edição, revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2016*).

Assevere-se ainda que é essencial insistir em que a realização de outros valores e a adoção de finalidades indiretas para a contratação administrativa não significa autorização para contratações ruinosas, muito menos aval por parte deste Departamento Jurídico para tais contratações.

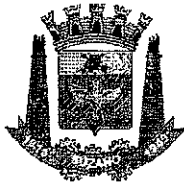
Frise-se, ademais, que este parecer jurídico não reflete o exercício de competência decisória. O Departamento Jurídico, segundo a jurisprudência, não é investido de poder para determinar a prática ou a omissão de um ato administrativo. **A competência decisória é reservada à autoridade administrativa.**

Câmara Municipal de Suzano

Rua dos Três Poderes, 65 – Jardim Paulista – Suzano/SP – CEP.: 08675-225
Fone: (11) 4744-8000

PÁGINA INTEGRANTE DO PARECER JURÍDICO N. 049/2021

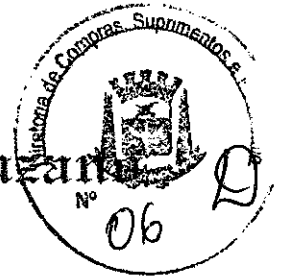
Página 2 de 4



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



O parecer jurídico poderá manifestar-se sobre a discricionariedade. Isso envolverá muito mais uma ponderação sobre as diferentes alternativas, suas vantagens e suas desvantagens. Em muitos casos, a manifestação compreenderá o fornecimento de informação sobre precedentes similares, indicando o resultado da experiência. Assim, por exemplo, pode indicar os resultados obtidos pelo próprio órgão ou por outras entidades em situações similares. Essas indicações não significam que o parecer jurídico produziria a decisão sobre a conveniência e oportunidade. Em temas de discricionariedade, o parecer apenas apresenta um cunho informativo, destinando-se a fornecer subsídios para a decisão da autoridade competente.

Assim, é de se considerar o parecer desta Procuradoria **NÃO VINCULATIVO**, conforme se identifica no seguinte acórdão do Tribunal de Contas de União, *verbis*:

“Além disso, vale salientar que o parecer é opinativo e não vincula o administrador. Este tem o comando da empresa e assume a responsabilidade de sua gestão. **Se se entendesse de forma diversa, estar-se-ia considerando que o parecer jurídico é um alvará para o cometimento de ilícitos, o que constitui um absurdo.** O dirigente de uma Companhia possui o comando da máquina administrativa e deve estar ciente de todas as decisões que adota, independentemente da natureza delas. O administrador público não é simplesmente uma figura decorativa na estrutura da empresa. Ao contrário, deve ter uma postura ativa no comando da empresa. Com mais razão, nas licitações, os gestores devem ser ainda mais cuidadosos, vez que estas envolvem princípios fundamentais da Administração Pública, tais como: legalidade, eficiência, moralidade, impessoalidade, publicidade, controle, coordenação, planejamento, isonomia, proposta mais vantajosa, dentre outros (Constituição Federal, Dec.-lei 200/1967, Lei 8.666/1993). Acórdão 1.379/2010, Plenário, rel. Augusto Nardes”.

(grifos nossos)

Nesse sentido ainda, o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

Não se pode exigir do assessor jurídico conhecimento técnico de todas as áreas e não apenas do Direito. No processo licitatório, não compete à assessoria jurídica averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há, nos autos, decreto que a reconheça. Sua função é zelar

Câmara Municipal de Suzano

Rua dos Três Poderes, 65 – Jardim Paulista – Suzano/SP – CEP.: 08675-225
Fone: (11) 4744-8000

PÁGINA INTEGRANTE DO PARECER JURÍDICO N. 049/2021

Página 3 de 4



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades, somente. **Assim, a assinatura do assessor jurídico na minuta do contrato serve de atestado do cumprimento de requisitos formais, e não materiais.** STF, 2ª Turma. HC 171576/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 17/9/2019.

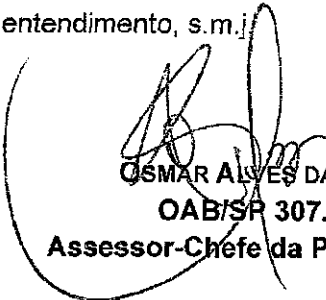
(grifos nossos)

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, observadas as recomendações, conclui-se pela possibilidade de celebração do termo contratual, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, I, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Ressalte-se, por sua relevância, a necessidade de comunicação, dentro de 03 (três) dias, à autoridade superior, da situação de dispensa de licitação para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, tudo na forma do artigo 26, caput da Lei de Licitações.

É o nosso entendimento, s.m.j.

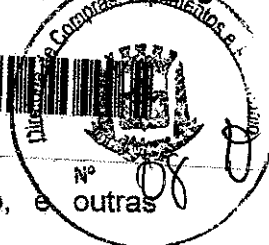

OSMAR ALVES DA SILVA
OAB/SP 307.152
Assessor-Chefe da Procuradoria

Câmara Municipal de Suzano

Rua dos Três Poderes, 65 - Jardim Paulista - Suzano/SP - CEP.: 08675-225
Fone: (11) 4744-8000

PÁGINA INTEGRANTE DO PARECER JURÍDICO N. 049/2021

Página 4 de 4

CONTRATO DE COMISSÃO E OU

Pelo presente instrumento particular de contrato de comissão, e outras vantagens, as partes, a seguir qualificadas, e no final assinadas, a saber;

de um lado, na posição da **comitente**, assim doravante denominada, **RADIAL TRANSPORTE COLETIVO EIRELI**, também podendo ser referida como **Radial**, empresa individual de responsabilidade limitada estabelecida na Cidade de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo, na Rua Godofredo Osório Novaes nº 450, CEP 08531-170, cadastrada no CNPJ sob nº 44.335.701/0001-57, também estando estabelecida nas cidades de Poá e Suzano, ambas no Estado de São Paulo, neste ato por seu Diretor, Roberto Umada, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, titular da Cédula de Identidade e cadastrado no CPF sob nº , exercendo suas funções na sede da Sociedade;

e do outro lado, na posição de **comissária**, assim doravante denominada, **ONPAG SOLUÇÕES S.A.**, ou simplesmente **OnPag**, sociedade por ações com sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Rua João Cardoso de Siqueira Primo nº 55, conj. 23, Edifício Loyola, Vila Hélio, CEP 08710-530, cadastrada no CNPJ-ME sob nº 44.729.052/0001-79, cujos atos constitutivos foram arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 3530058415-5, por seu diretor, Henrique Dias Campos, brasileiro, casado, tecnólogo em banco de dados, portador da Cédula de Identidade RG , cadastrado no CPF-ME sob nº. exercendo suas funções na sede da sociedade;

têm entre si, certo e ajustado, o que vai exposto nas cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA. A Radial é sociedade transportadora que, por concessão exclusiva dos Municípios de Suzano e Poá, opera por ônibus e veículos similares, com características urbanas, transporte coletivo de passageiros, estes qualificados como usuários, e assim doravante designados.

Parágrafo primeiro. Por força dos contratos de concessão celebrados com os Municípios indicados no caput desta cláusula, a Radial emite, com exclusividade, as passagens a serem utilizadas pelos usuários, dentre as quais o vale transporte e todas as outras que implicam pagamento antecipado das viagens, no serviço de transporte coletivo de passageiros, em veículos sobre pneus, ônibus e similares.

Parágrafo segundo. A Radial emite as passagens dos diversos tipos referidos no parágrafo anterior conforme contrato padrão devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ou nos cartórios de registro de títulos e documentos de cada uma das mencionadas cidades de Suzano e Poá.

Parágrafo terceiro. Sem prejuízo da emissão exclusiva de passagens referida no parágrafo primeiro, desta cláusula, pelos contratos de concessões nele também mencionados, a Radial se obrigou a efetuar remição também para transportadores complementares, que operam na posição de permissionários dos municípios concedentes.



CLÁUSULA SEGUNDA. - A Radial contrata a OnPag, esta na posição de comissária, para desenvolver e operar sistema eletrônico embasado na utilização de cartões plásticos de passagens recarregáveis, emitidos em nome dos usuários, cujos dados ficarão inseridos em cadastro próprio.

Parágrafo primeiro. O sistema eletrônico objeto deste contrato deverá possibilitar a execução automatizada da (a) emissão dos cartões, (b) sua disponibilização aos usuários, (c) a inserção, nesses cartões, das passagens adquiridas pelos interessados, (d) respectiva validação pelo uso, por parte dos usuários, nos veículos em que realizar viagens, e (e) remição das passagens utilizadas pelos usuários transportados em favor da Radial, em operações descritas tecnicamente na proposta formulada pela OnPag.

Parágrafo segundo. Na forma do art. 694, do Código Civil Brasileiro, a OnPag assume a responsabilidade, perante terceiros, nas operações realizadas, agindo como titular originária e exclusiva dos bens e direitos que passa a negociar, incluindo direitos sobre marcas e expressões designativas que registrar, cabendo-lhe a remuneração devida pelos terceiros em razão dos negócios que realizar, exceto quanto à emissão das passagens a serem inseridas nos cartões, que serão sempre feitas em nome da Radial, ainda que diretamente pela OnPag, e a remição respectiva.

Parágrafo terceiro. A comissária obriga-se a confeccionar e a realizar eficiente distribuição de material promocional destinado aos terceiros, por conta própria.

Parágrafo terceiro. Exceto no caso de material promocional previsto no parágrafo anterior, será observado rigorosamente, pela comissária, o dever de sigilo com relação a qualquer informação a que venha a ter acesso, e ainda sobre políticas adotadas, "know-how" desenvolvido ou adquirido, organização empresarial, equipamentos instalados ou em processo de aquisição, fornecedores, ou qualquer outra.

CLÁUSULA TERCEIRA. Na execução das atividades contratadas, a Comissária emitirá os cartões de passagens diretamente para o usuário que solicitar, ou, no caso do vale-transporte, para o empregador, ou preposto devidamente identificado como tal e, posteriormente, também por solicitação dos mesmos, providenciará a inserção, eletronicamente, nesses cartões, das passagens adquiridas.

Parágrafo primeiro. A solicitação da emissão dos cartões, e a aquisição das passagens, poderão ser feita diretamente em postos de atendimento, ou através de sistema eletrônico disponibilizado para o usuário, para o empregador, ou preposto deste.

Parágrafo segundo. As operações referidas no parágrafo anterior através de sistema eletrônico disponibilizado implicam cobrança de preço de utilização, em favor da OnPag.

CLÁUSULA QUARTA. Também na execução das atividades contratadas, a OnPag efetuará diariamente a remição das passagens utilizadas pelos usuários em pagamento das viagens realizadas.

Parágrafo primeiro. A remição diária corresponderá ao valor total das passagens utilizadas pelos usuários no dia anterior, conforme relatório diário emitido pela OnPag,

compreensivo das diferentes passagens utilizadas nos veículos da Radial devidamente totalizadas em razão da espécie respectiva e valores correspondentes.



Parágrafo segundo. O valor total da remição diária será depositado pela OnPag em conta movimento bancária indicada pela Radial, diminuído da quantia equivalente **0,5% (zero virgula cinco por cento)** desse mesmo valor total, que em pagamento pela remição e emissão das passagens

Parágrafo terceiro. Além da remição diária a OnPag efetuará, até o dia 10 de cada mês calendário, a transferência, para a conta movimento referida no parágrafo anterior, do valor total das passagens cujo prazo de validade esgotou-se no mês anterior, também incidindo o mesmo desconto.

Parágrafo quarto. A OnPag contratará diretamente com os transportadores complementares permissionários a remição das passagens utilizadas nos respectivos veículos.

CLÁUSULA QUINTA. Na comissão disciplinada no presente contrato estão compreendidas a prospecção, a formulação, a concepção, a projeção, a execução e o acompanhamento de todas as fases de negócios tendo por objeto a execução do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA. Além das obrigações descritas no caput da cláusula anterior, a comissão se obriga a:

I – encaminhar relatórios mensais das atividades desenvolvidas, incluindo contatos com terceiros e perspectivas de negócios em andamento, exceto quanto ao relatório previsto no parágrafo primeiro, da cláusula anterior;

II – tomar, quando necessárias, medidas judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens e direitos envolvidos no presente contrato, incluindo a contratação de advogados e todas as mais que forem necessárias a tanto;

III – prestar contas de todos os negócios realizados, respectivas despesas e receitas.

Parágrafo primeiro. Em pagamento dos serviços aqui contratados a comissão receberá quantia correspondente a qualquer receita de negócio realizado com terceiros, seja ele qual for, exceto a venda de passagens, além do valor referido no parágrafo segundo, da cláusula anterior.

Parágrafo segundo. Estão incluídos na remuneração da comissão todos os gastos com impostos, taxas, contribuições sociais e despesas incidentes especificamente sobre suas atividades, incluindo aquelas geradas pelos negócios em si.

Parágrafo segundo. Cabe exclusivamente a OnPag a emissão da documentação fiscal e comercial prevista na legislação vigente sobre as atividades que desenvolve.

CLÁUSULA SÉTIMA. A Radial assume a obrigação de fornecer todo e qualquer documento e emitir qualquer autorização extra que for necessária para a comissão dar andamento ou para concluir negócios;

CLÁUSULA OITAVA. O presente contrato é de atividades autônomas, regime de autonomia que implica:



I – liberdade de contratação, pela comissão, de terceiros de sua livre escolha para cumprimento do presente contrato, impedindo sempre que possam vir a pleitear, seja o que for, a qualquer título, junto a Radial; e

II – exclusão da relação de emprego entre as partes, direta ou indireta, em qualquer dos seus aspectos e para todos os efeitos de direito, obrigando-se as mesmas partes a nunca invocar tal relação, em juízo ou fora dele, sob a pena de pagamento de indenização igual ao dobro do que a parte prejudicada tiver que gastar em sua defesa.

Parágrafo único. Incumbe exclusivamente a comissão o cumprimento da legislação incidente sobre suas atividades, inclusive aquela fiscal, do trabalho e da seguridade social que incidir.

CLÁUSULA NONA. Sem prejuízo das outras obrigações das partes, previstas nas demais cláusulas do presente contrato, a comissão assume o compromisso de atuar com o empenho que toda pessoa ativa e proba tem com seus próprios negócios, especialmente:

I - diligenciando para que todos os negócios sejam efetuados de forma legal e idônea, rigorosamente dentro das leis do País, de forma a assegurar que a Radial não venha ter qualquer problema;

II – enviando, além dos relatórios já previstos em cláusulas anteriores, qualquer outra informação que reputar de interesse da Radial, inclusive, quando solicitada, relativa a práticas comerciais de terceiros de setores correlatos que cheguem a seu conhecimento de forma lícita;

III – diligenciando junto a Radial, colocando-a a par de qualquer novidade ligada aos bens e direitos objeto deste contrato, fornecendo-lhe material promocional, prestando-lhes esclarecimentos que solicitem e dando-lhes toda a assistência necessária;

IV – enviando informações atualizadas sobre os clientes, quando solicitada;

V – expandindo sempre suas atividades, de forma que possam atingir o volume compatível com a evolução do mercado;

VI – cumprindo rigorosamente todas as obrigações para com terceiros em geral, dentre os quais se destaca (i) a Fazenda Pública, Federal, Estadual ou Municipal, em relação especialmente aos tributos incidentes sobre o exercício de sua atividade; (ii) e ainda (iii) os seus empregados e (iiii) a Seguridade Social;

VII – observando o dever de fidelidade, obrigando-se, portanto, a corretamente promover os bens e direitos objetos do presente contrato.

CLÁUSULA DECIMA. As partes declaram ter pleno conhecimento e comprometem-se a fiel observância das disposições legais relacionadas à prevenção e combate às atividades relacionadas com crimes de lavagem ou ocultação de bens, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 9.613, de 1998, e normas correlacionadas.

autorização ou dará ciência aos titulares sobre o compartilhamento dos dados com outra parte.



Parágrafo quinto. As partes declaram que possuem política apropriada de proteção de dados pessoais compatível com todas as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando à adoção de medidas técnicas apropriadas para proteger os dados pessoais contra: (i) ameaças ou riscos à privacidade, à segurança, à integridade e/ou à confidencialidade; (ii) destruição acidental ou ilícita, perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizado; (iii) quaisquer outras formas ilegais de tratamento; e (iv) incidentes de segurança ou privacidade.

Parágrafo sexto. As partes estão cientes do seu dever e obrigação legal de orientar seus funcionários, terceiros e parceiros, a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.

Parágrafo sétimo. Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Parte que sofreu o vazamento deverá enviar comunicação à outra, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e hora do incidente;
- b) data e hora da ciência pela parte que teve os dados vazados;
- c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) relação de titulares afetados pelo incidente; e
- e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.

Parágrafo oitavo. Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta cláusula, ficará a parte que deu causa ao prejuízo, ou a parte que subcontratou o terceiro que tenha descumprido as obrigações aqui assumidas, sujeita à integral responsabilização, por evento de descumprimento, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais perdas, danos e sanções de quaisquer naturezas a outra parte ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O não cumprimento, por uma das partes, de qualquer das obrigações assumidas no presente contrato, faculta à outra que o considere rompido por culpa da parte inadimplente.

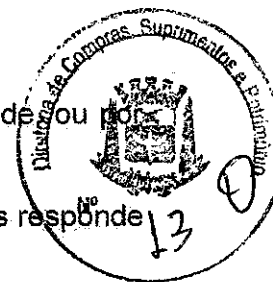
Parágrafo primeiro. A parte que for considerada culpada pelo inadimplemento deverá indenizar a outra pelas perdas e danos respectivos.

Parágrafo segundo. Além das perdas e danos, a parte que for considerada inadimplente pagará lucros cessantes para a outra.

Parágrafo terceiro. Será considerado rompido o contrato pela parte em caso de:

- a) falência, requerimento de recuperação judicial, liquidação voluntária ou judicial, dissolução, fusão, incorporação ou cisão;
- b) cessão ou tentativa de cessão do presente contrato a terceiro;
- c) interrupção dos serviços, total ou parcialmente, sem motivo justificado;

d) serem interrompidos ou suspensos os serviços, por decisão de autoridade ou por qualquer motivo superveniente que a parte der causa.



Parágrafo quarto. Sem prejuízo do parágrafo anterior, cada uma das partes responde isoladamente por dano que causar a terceiro ou ao meio ambiente.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA. As partes darão preferência a uma solução amigável para eventual divergência, antes de darem por encerrado o presente contrato, para tanto dirigindo correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou similar, apontando a insatisfação ou divergência, para os endereços indicados no preâmbulo.

Parágrafo primeiro. Na correspondência de que trata esta cláusula, a parte que a dirigir estabelecerá prazo não inferior a dez dias para que a outra tome as providências necessárias para o integral cumprimento das suas obrigações.

Parágrafo segundo. A preferência prevista na presente cláusula e no parágrafo anterior, constitui faculdade e não implica renúncia ou, de qualquer forma, restrição ao uso do direito de considerar rompido o presente contrato, no caso de inadimplemento.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA. O presente contrato estará em vigor pelo prazo de 02 (dois) anos, sendo renovado automaticamente por mais dois iguais períodos, salvo aviso de encerramento de uma das partes à outra em até 30 (trinta) dias do fim do prazo aqui estabelecido.

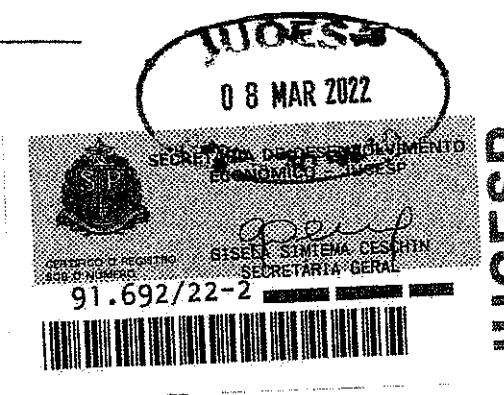
Parágrafo único. Findo o último prazo de renovação previsto nesta cláusula, "caput", o contrato passará a vigorar por prazo indeterminado.

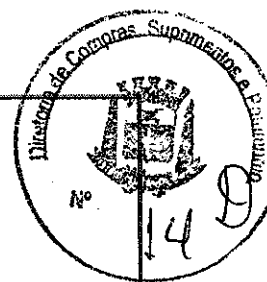
CLÁUSULA DECIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Mogi das Cruzes para, em qualquer das suas Varas Cíveis, dirimirem controvérsia que não consigam resolver conforme a cláusula doze, com renúncia de qualquer outro.

Mogi das Cruzes 31 de Janeiro de 2022

RADIAL TRANSPORTE COLETIVO EIRELI

ONPAG SOLUÇÕES S.A.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.729.052/0001-79 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/01/2022
NOME EMPRESARIAL ONPAG SOLUCOES S.A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO R JOAO CARDOSO DE SIQUEIRA PRIMO	NÚMERO 55	COMPLEMENTO CONJ 23
CEP 08.710-530	BAIRRO/DISTRITO VILA HELIO	MUNICÍPIO MOGI DAS CRUZES
		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@LIBERTY.CNT.BR	TELEFONE (11) 1111-1111	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/01/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

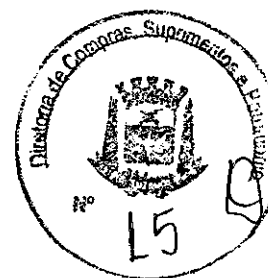
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **26/05/2022** às **15:40:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ONPAG SOLUCOES S.A
CNPJ: 44.729.052/0001-79

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

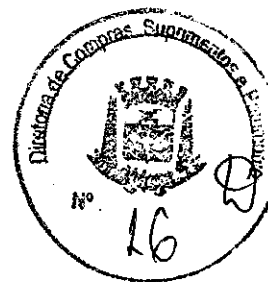
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:48:09 do dia 12/04/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/10/2022.

Código de controle da certidão: **8C4F.0699.4A51.37B0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Voltar

Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 44.729.052/0001-79**Razão Social:** ONPAG SOLUCOES SA**Endereço:** JOAO CARDOSO DE SIQUEIRA PRIMO 55 / CENTRO / MOGI DAS CRUZES /
SP / 08710-530

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/05/2022 a 20/06/2022**Certificação Número:** 2022052201471508882140

Informação obtida em 26/05/2022 15:59:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ONPAG SOLUCOES S.A (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 44.729.052/0001-79
Certidão nº: 16791206/2022
Expedição: 26/05/2022, às 16:01:08
Validade: 22/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ONPAG SOLUCOES S.A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **44.729.052/0001-79**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

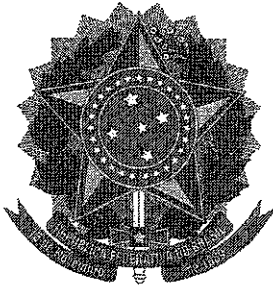
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ONPAG SOLUCOES S.A**

CPF/CNPJ: **44.729.052/0001-79**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

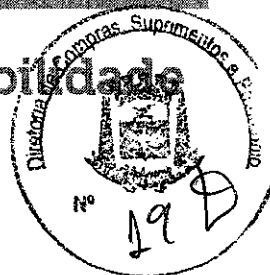
Certidão emitida às 16:02:35 do dia 26/05/2022 , com validade até o dia 25/06/2022.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: xTjvB0x550RirD8TfLox

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade



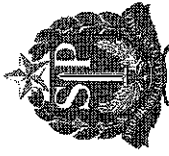
Certidão Negativa

Certifico que nesta data (26/05/2022 às 16:05) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 44.729.052/0001-79.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacaodcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 628F.CF6A.BE6B.8914 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE APENADOS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo CERTIFICA que, de acordo com seus assentamentos, ressalvando-se os atos que sobrevenham a esta pesquisa, NÃO constam, até a presente data, 26/05/2022, às 16h11, IMPEDIMENTOS DE CONTRATO/LICITAÇÃO relacionados ao CNPJ 44.729.052/0001-79 informado.

Este documento foi certificado digitalmente e é válido até 26/05/2022, às 16h11.

Para conferência:
acesse o site <https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico>
e informe o código: 1e3cff42-de56-4924-965e-b56b3d640707
ou acesse utilizando o QR Code

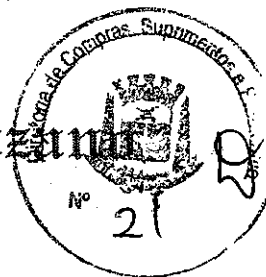




Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



Suzano, 26 de maio de 2022.

Parecer Jurídico n. 010/2022

Assunto:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Fundamento jurídico: art. 25, I da Lei nº 8.666/1993. Possibilidade.

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Diretoria de Compras, Suprimentos e Patrimônio sobre os aspectos legais da possibilidade de Inexigibilidade de Licitação para que a empresa **ONPAG SOLUÇÕES S.A** preste serviço de vale transporte para a Câmara Municipal de Suzano, nos termos do artigo 25, inciso I da Lei de Licitações, nos seguintes termos:

Prezado Senhor Procurador Geral, boa tarde.

Apraz-me cumprimentá-lo e, na oportunidade, tendo em vista a documentação anexa, solicito parecer sobre a possibilidade da extensão da inexigibilidade de licitação adotada para a contratação com a empresa RADIAL TRANSPORTES COLETIVOS, detentora de exclusividade no transporte coletivo municipal de passageiros nos municípios de Suzano e Poá, à empresa ONPAG SOLUÇÕES S/A.

Tal pedido é decorrente do fato de que houve ajuste contratual entre ambas as empresas para que a ONPAG desenvolva e opere o sistema de bilhetagem eletrônica por meio de cartão, portanto recebendo esta os pedidos e pagamentos correspondentes, conforme consta no contrato também enviado anexo.

Diante do exposto, solicito com a máxima urgência o parecer acima descrito a fim de que não haja comprometimento do fornecimento de vale-transporte aos servidores que dele se beneficiam.

É o relato do essencial. Passamos a opinar.

II – ANÁLISE JURÍDICA

A Constituição Federal obriga o ente público ou sujeito da Administração Pública a realizar procedimento licitatório nas suas compras e aquisições, tendo a Lei Federal n. 8.666/1993 surgido para regular especificamente o assunto.

Câmara Municipal de Suzano

Rua dos Três Poderes, 65 – Jardim Paulista – Suzano/SP – CEP.: 08675-225

Fone: (11) 4744-8000

PÁGINA INTEGRANTE DO PARECER JURÍDICO N. XX/2022

Página 1 de 4



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



Os artigos 24 e 25 da Lei de Licitações trazem as exceções à regra que é sempre licitar. Tal preceito, a obrigatoriedade da licitação, objetiva a identificação e obtenção de melhores condições para a Administração. Contudo, em face do monopólio, da inexistência de concorrentes ou **da concessão exclusiva**, a competição é claramente impossível. Portanto, desnecessária é a sua realização.

No caso em análise, o serviço de transporte coletivo de caráter municipal, além de ser uma das funções públicas de interesse comum, é de responsabilidade do Município.

Em junho de 2012, o Prefeito do Município de Suzano, no uso das atribuições legais, editou o Decreto n. 8.240/2012, que em seu Anexo único previa a vigência da Concessão por um prazo de 10 anos.

Assim, a possibilidade de competição inexistente no presente caso. Com esse arcabouço, entende-se ser possível a contratação direta com a empresa **ONPAG** mediante inexigibilidade de licitação, nos moldes do artigo 25, inciso I da Lei de Licitação, tendo em vista que a ela, segundo documento anexa, cabe a exploração exclusiva de bilhetagem para o transporte coletivo do município.

De outra sorte, frise-se que a vantajosidade deve ser verificada pelo setor competente, fugindo das atribuições deste Departamento Jurídico tal análise.

A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração (*JUSTEN FILHO, Marçal. COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 17ª edição, revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2016*).

Assevere-se ainda que é essencial insistir em que a realização de outros valores e a adoção de finalidades indiretas para a contratação administrativa não significa autorização

Câmara Municipal de Suzano

Rua dos Três Poderes, 65 – Jardim Paulista – Suzano/SP – CEP.: 08675-225
Fone: (11) 4744-8000

PÁGINA INTEGRANTE DO PARECER JURÍDICO N. XX/2022

Página 2 de 4



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



para contratações ruinosas, muito menos aval por parte deste Departamento Jurídico para tais contratações.

Saliente-se, ademais, que este parecer jurídico não reflete o exercício de competência decisória. O Departamento Jurídico, segundo a jurisprudência, não é investido de poder para determinar a prática ou a omissão de um ato administrativo. **A competência decisória é reservada à autoridade administrativa.**

O parecer jurídico poderá manifestar-se sobre a discricionariedade. Isso envolverá muito mais uma ponderação sobre as diferentes alternativas, suas vantagens e suas desvantagens. Em muitos casos, a manifestação compreenderá o fornecimento de informação sobre precedentes similares, indicando o resultado da experiência. Assim, por exemplo, pode indicar os resultados obtidos pelo próprio órgão ou por outras entidades em situações similares. Essas indicações não significam que o parecer jurídico produziria a decisão sobre a conveniência e oportunidade. **Em temas de discricionariedade, o parecer apenas apresenta um cunho informativo, destinando-se a fornecer subsídios para a decisão da autoridade competente.**

Assim, é de se considerar o parecer desta Procuradoria **NÃO VINCULATIVO**, conforme se identifica no seguinte acórdão do Tribunal de Contas de União, *verbis*:

“Além disso, vale salientar que o parecer é opinativo e não vincula o administrador. Este tem o comando da empresa e assume a responsabilidade de sua gestão. Se se entendesse de forma diversa, estar-se-ia considerando que o parecer jurídico é um alvará para o cometimento de ilícitos, o que constitui um absurdo. O dirigente de uma Companhia possui o comando da máquina administrativa e deve estar ciente de todas as decisões que adota, independentemente da natureza delas. O administrador público não é simplesmente uma figura decorativa na estrutura da empresa. Ao contrário, deve ter uma postura ativa no comando da empresa. Com mais razão, nas licitações, os gestores devem ser ainda mais cuidadosos, vez que estas envolvem princípios fundamentais da Administração Pública, tais como: legalidade, eficiência, moralidade, impessoalidade, publicidade, controle, coordenação, planejamento, isonomia, proposta mais vantajosa, dentre outros (Constituição Federal, Dec.-lei 200/1967, Lei 8.666/1993). Acórdão 1.379/2010, Plenário, rel. Augusto Nardes”.

(grifos nossos)

Câmara Municipal de Suzano

Rua dos Três Poderes, 65 – Jardim Paulista – Suzano/SP – CEP.: 08675-225
Fone: (11) 4744-8000

PÁGINA INTEGRANTE DO PARECER JURÍDICO N. XX/2022

Página 3 de 4



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



Nesse sentido ainda, o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

Não se pode exigir do assessor jurídico conhecimento técnico de todas as áreas e não apenas do Direito. No processo licitatório, não compete à assessoria jurídica averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há, nos autos, decreto que a reconheça. Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades, somente. Assim, a assinatura do assessor jurídico na minuta do contrato serve de atestado do cumprimento de requisitos formais, e não materiais. STF. 2ª Turma. HC 171576/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 17/9/2019.

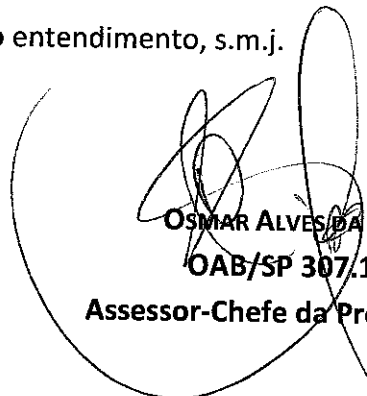
(grifos nossos)

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, observadas as recomendações, conclui-se pela possibilidade de celebração do termo contratual, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, I, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Ressalte-se, por sua relevância, a necessidade de comunicação, dentro de 03 (três) dias, à autoridade superior, da situação de dispensa de licitação para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, tudo na forma do artigo 26, caput da Lei de Licitações.

É o nosso entendimento, s.m.j.


OSMAR ALVES DA SILVA
OAB/SP 307.152
Assessor-Chefe da Procuradoria

Câmara Municipal de Suzano

Rua dos Três Poderes, 65 – Jardim Paulista – Suzano/SP – CEP.: 08675-225
Fone: (11) 4744-8000

PÁGINA INTEGRANTE DO PARECER JURÍDICO N. XX/2022

Página 4 de 4



Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br



TERMO DE RATIFICAÇÃO AO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando as informações e documentação apresentadas, **RATIFICO**, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** proposta através do **Parecer/DJ nº 010/2022**, de 26 de maio de 2022, para os pagamentos à **ONPAG SOLUÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ nº 44.729.052/0001-79, com sede e foro na Comarca de Mogi das Cruzes/SP, objetivando o **PAGAMENTO PELA AQUISIÇÃO DE VALE-TRANSPORTE PARA FRUIÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL** destinado ao funcionalismo desta Edilidade.

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se o empenho da despesa na dotação orçamentária correspondente e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da Lei Licitatória, como condição para a eficácia dos atos.

Suzano, 26 de maio de 2022.

Ver. LEANDRO ALVES DE FARIA
Presidente



Diário Oficial Eletrônico

Município de Suzano

Poder
Executivo

Imprensa Oficial

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SUZANO



Imprensa Oficial do Município de Suzano, Lei Municipal nº 634 de 18 de outubro de 1961, Decreto nº 9.059 de 28 de julho de 2017

Paço Municipal - Rua Baruel, 501 - Centro - Suzano - SP - CEP: 08675-902 - Fone: 11 4745-2000

Ano: 06 - Edição Nº 107 - 31 de maio de 2022

SUMÁRIO

	Página
ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO	1
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO	1
DEP. DE CONTRATOS	1
INS. DE PREV. DO MUN. DE SUZANO	1
DIR. ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	1
SEC. MUN. DE PLAN. E FINANÇAS	1
DEP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1

ATOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO Nº. 090/2022
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2022-PP

A Câmara Municipal de Suzano torna público que realizará no dia 20 de junho de 2022, às 10h00min, a Sessão Pública do Pregão destinado à aquisição de cartuchos de tinta e de toner compatíveis, novos, não remanufaturados, não reconicionados, não reprocessados e não recarregados para as impressoras multifuncionais da Câmara Municipal de Suzano, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP). O respectivo edital está disponível em: www.camarasuzano.sp.gov.br/certames. Informações: (11) 4744-8000 ou cpl_eap@camarasuzano.sp.gov.br. Suzano, 30 de maio de 2022 - Ver. Leandro Alves de Faria - Presidente.

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO Nº. 100/2022
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2022-PP

A Câmara Municipal de Suzano torna público que realizará no dia 14 de junho de 2022, às 10h00min, a Sessão Pública do Pregão destinado à aquisição de gêneros alimentícios para a Câmara Municipal de Suzano durante o semestre. O respectivo edital está disponível em: www.camarasuzano.sp.gov.br/certames. Informações: (11) 4744-8000 ou cpl_eap@camarasuzano.sp.gov.br. Suzano, 30 de maio de 2022 - Ver. Leandro Alves de Faria - Presidente

COMUNICADO

A Câmara de Suzano comunica à população suzanense que será realizada Audiência Pública, presidida pela Comissão Permanente de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, no dia 09/06/22 (quinta-feira), às 17h30min, tendo por objetivo a prestação de contas ref. 1º quadrimestre de 2022 da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, no Plenário desta Casa de Leis, localizado na rua dos Três Poderes, 65, Jardim Paulista, Suzano/SP.

LEANDRO ALVES DE FARIA - Presidente.

DEPARTAMENTO DE CONTRATO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE de licitação para os pagamentos à ONPAG SOLUÇÕES S/A - Objeto: PAGAMENTO PELA AQUISIÇÃO DE VALE-TRANSPORTE PARA FRUIÇÃO NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL DESTINADO AO FUNCIONALISMO DA EDILIDADE - Parecer Jurídico: PGJ nº 010/2022 - Fundamentação Legal: Art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93 - Suzano, 26 de maio de 2022 - Presidente: Ver. Leandro Alves de Faria.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

EXTRATO CONTRATO: PROCESSO: 00075-001/2022 DE 29 DE MARÇO DE 2022, - LOCATÁRIO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO-IPMS, LOCADORA: SANDRA MARINA BRAHA MORAIS GUEDES. OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL, SEDE DO IPMS, SITUADO NA RUA ANTONIO RENZI PRIMO, 100 - VILA ADELINA -SUZANO-SP - 3º ADITAMENTO DO CONTRATO Nº 007/2020 - VALOR DE R\$ 1.113.455,12 - VIGÊNCIA 20 DE MAIO DE 2022 A 19 DE MAIO DE 2023. SUPERINTENDENTE: JOEL DE BARROS BITTENCOURT

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022 - SERVIÇOS DE REFORMA E REPAROS NOS VESTIÁRIOS, COPAS, SALA E BANHEIROS DO PAÇO MUNICIPAL.

TORNAMOS PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Julgamento das Licitações do Município de Suzano, por unanimidade dos seus membros, resolve o que segue: 1) HABILITOU a empresa S. COVALCIUK CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso. Eventuais esclarecimentos pelo telefone ou (11) 4745-2191.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022 - SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DA COZINHA E REFEITÓRIO DO PAÇO MUNICIPAL.

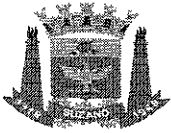
TORNAMOS PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Julgamento das Licitações do Município de Suzano, por unanimidade dos seus membros, resolve o que segue: 1) HABILITOU as empresas S. COVALCIUK CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI; e H.S. MARIANO CONSTRUÇÃO ME. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso. Eventuais esclarecimentos pelo telefone ou (11) 4745-2191.

no, por unanimidade dos seus membros, resolve o que segue: 1) HABILITOU as empresas S. COVALCIUK CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI; e H.S. MARIANO CONSTRUÇÃO ME. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso. Eventuais esclarecimentos pelo telefone ou (11) 4745-2191.

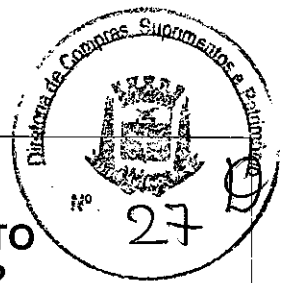
COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SUZANO

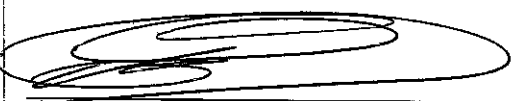

EXTRATO DE ADITIVO

CONTRATADA: TRANSPORTADORA TURÍSTICA SUZANO LTDA - OBJETO: Prorrogação automática ao Contrato nº 142/11 para prorrogação de prazo de vigência e valor - PRAZO: 12 meses - VALOR: R\$ 224.378,88 - DATA: 04/04/22 - PA. 26.556/10 - DISPENSA DE LICITAÇÃO
RODRIGO ARAKAKI - Diretor de Compras e Licitações.



Câmara Municipal de Suzano
DIRETORIA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
Nota de Empenho: 000208 Exercício: 2022



Exercício:	Data do Empenho:	26-05-2022	Tipo do Empenho:	Estimativo
Ficha Nº:	6			
Orgão	02	Câmara Municipal de Suzano		
Atividade:	01.031.7040.4051	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE SUZANO		
Unidade:	17	CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO		
Despesa:	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
Sub-elemento:	72	VALE-TRANSPORTE		
Fonte Rec.:	01	TESOURO		
Cod. Apl.	110.0000	GERAL		
Credor:	2417 ONPAG SOLUCOES S.A		Telefone:	11 93450-3072
Endereço:	R JOAO CARDOSO DE SIQUEIRA PRIMO,55		Cidade:	MOGI DAS CRUZES Estado: SP
Identidade:			CPF/CNPJ:	44.729.052/0001-79
Pela presente Nota fica empenhada a importância de R\$ 30.000,00 conforme discriminado abaixo.				
Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
		DESPESA COM SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE AOS ESTAGIÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO.		30.000,00
INEX. ART.25, I (8.666/1993): - Processo de Compra: 124/2022 - Ordem de Serviço: 157/2022 - Autorização de Empenho: 157/2022				
Nº Contrato	/			
Sendo o saldo da dotação do orçamento vigente o demonstrado a seguir:			Saldo Anterior:	1.424.391,89
			Total do Empenho:	30.000,00
			Descontos:	0,00
			Líquido:	30.000,00
			Saldo Atual:	1.394.391,89
				
SIDINEY APARECIDO LOPES DE SOUZA DIRETOR DE CONTABILIDADE CRC:			LEANDRO ALVES DE FARIA PRESIDENTE CPF: :	